



## ATA Nº 7/2015

Aos 8 dias do mês de maio do ano 2015, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões, reuniu-se a Assembleia Municipal de Espinho, para a terceira reunião da segunda sessão ordinária do ano de 2015, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Guy Alberto Correia da Costa Viseu e secretariada por Maria Alexandra Flor Pinho Silva Bastos e Bernardo Coelho de Lacerda Machado, com a seguinte ordem de trabalhos:

4. Propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
5. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;
6. Aprovação das Atas n.ºs 1/2015, 2/2015 e 3/2015.

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 33.º do Regimento desta Assembleia, a reunião iniciou-se às 21h30 dado que à hora inicialmente designada não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

**A Câmara Municipal** fez-se representar pelo seu Presidente Joaquim José Pinto Moreira.

Foi verificada a presença dos Vogais Paulo Jorge Alves Moreira de Castro, José Emanuel Teixeira Carvalhinho, Maria Aurora da Costa Pereira Morais e Vingada, Alfredo Domingues da Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Pedro Nuno Oliveira Tavares, Henrique José Pedro Cierco, Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho, Ana Cecília Alves de Campos Lopes Rezende, Manuela Alexandra Miranda Pinto Vilares da Silva e dos **Presidentes das Juntas de Freguesia** Nuno Pinto de Almeida, Manuel de Oliveira Dias e José Marco da Cunha Rodrigues.

Foi dada nota dos pedidos de substituição dos vogais José Manuel Carmo da Silva por Victor Manuel Dias Ruivo, Ricardo Bastos Sousa por Maria Susana Gomes de Castro Valente, Ana Paula Pereira Belinha por Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho, de Rita Figueiredo Reis Rola por Abel Jorge Correia dos Santos, de António Manuel Pinto Oliveira por Manuel Cardoso Pereira, de Luís Miguel Perdigão Carvalho Pinto por Manuel Ferreira Pires, de José Luis Machado Peralta por Joana Raquel da Silva

Devezas, de Rosa Martins de Freitas Duarte por Tânia Santos e do Presidente da Junta de Freguesia de Espinho Rui Manuel Martins Torres por Luis Corrêa de Sá.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião, dizendo que, por motivos imprevistos, tivera de ausentar-se intempestivamente da reunião do passado dia 4 de maio, levando a que a proposta alternativa apresentada pelo grupo do PSD para a criação de uma comissão eventual de acompanhamento das refeições escolares fosse rejeitada com 12 votos contra e 11 votos a favor. Disse ainda que registava com desagrado a falta de coerência dos vogais da oposição naquela assembleia porque, quando da apresentação da proposta alternativa, o vogal Jorge Carvalho do grupo da CDU, insurgira-se contra aquela proposta considerando-a oportunista, antirregimental e que a sua admissão representava um ato de fascismo puro. Os grupos do BE e do PS solidarizaram-se com as palavras do vogal Jorge Carvalho, dizendo que, caso aquela proposta alternativa fosse votada, se recusariam a fazê-lo abandonando a sala de reuniões, o que veio a verificar-se não acontecer, contrariando o que tinham expressado de maneira tão convicta.

**Jorge Carvalho (CDU)**, em defesa da honra, disse que não concordava com a interpretação feita pelo Presidente da Assembleia. Seria incoerente se, no final, tivessem votado a favor da proposta alternativa do PSD. Defendia que aquela proposta era ilegal, antirregimental e que visara dar um golpe naquela assembleia para impedir a votação da proposta do PS apresentada em devido tempo.

**Ana Rezende (CDU)**, em defesa da honra, disse que a proposta do grupo do PS fora aprovada com 12 votos a favor, 9 votos contra e 2 abstenções, pelo que independentemente da presença ou não do Presidente da Assembleia municipal o seu voto resultaria irrelevante. Como já dissera o vogal Jorge Carvalho, a CDU não era incoerente. Não era correto utilizar o Regimento da Assembleia, distorcendo-o a belo prazer.

**José Carvalhinho (PS)** em defesa da honra, disse que com base em pretensa cobertura do regimento, assistiram na última reunião a um verdadeiro golpe palaciano. Lamentava as palavras proferidas pelo Presidente da Assembleia e não compreendia a sua indignação. Perante o cinismo e hipocrisia do PSD naquele processo, a oposição atuara de forma realista, vetando o golpe que tentaram fazer.



**Jorge Pina (PS)** em defesa da honra, disse que a proposta do grupo do PS fora aprovada com 12 votos a favor, 9 votos contra e 2 abstenções, pelo que o voto do Presidente da Assembleia nada modificaria.

**Manuela Vilares (BE)** em defesa da honra, disse que não compreendia a razão da moção do BE contra comida insuficiente e de má qualidade nas escolas de Espinho não ter ainda sido discutida quando fora entregue dentro dos prazos legais e uma proposta sobre aquele assunto apresentada à mesa pelo grupo do PSD, no decorrer da reunião fora debatida e votada.

O Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade à reunião, prosseguindo com os documentos integrados no ponto 4 da Ordem de trabalhos - **Propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia:**

**BE: "Moção do contra comida insuficiente e de má qualidade nas escolas de Espinho:** O Bloco de Esquerda tomou conhecimento de que a Câmara Municipal de Espinho adjudicou o serviço de fornecimento de refeições à Gertal, pagando-lhe para isso 600.000 euros mais IVA e que, segundo ofício da Federação Concelhia das Associações de Pais de Espinho (FCAPE) as "refeições servidas são de má qualidade na maior parte dos dias (os produtos não são frescos e/ou estão mal confeccionados, muitas das vezes com excesso de sal e óleo) e em quantidade manifestamente insuficiente". Não se entendem os critérios para esta adjudicação, nem se consegue entender por que razão a Câmara Municipal de Espinho ainda não rescindiu contrato com esta empresa depois de tantas queixas e de manifesta e comprovada falta de qualidade de serviço. Da Gertal conhece-se, isso sim, o seu largo historial de queixas e de acusações de cartelização de preços em prejuízo do erário público. Basta ver que, em 2012, as consecutivas queixas contra o serviço desta empresa levou a Câmara de Coimbra a discutir a rescisão do contrato; em 2013 são os pais das escolas de Leiria que se queixam a Nuno Crato da falta de qualidade e da insuficiência das refeições; em 2014, episódio semelhante em Santiago do Cacém: pais e alunos queixam-se do fornecimento de refeições na Escola Secundária. O que têm em comum todas estas situações? A Gertal é a fornecedora do serviço. Esta mesma empresa que a Câmara Municipal de Espinho contratou por 600.000 euros é conhecida, há muitos anos, por prestar mau serviço e por fornecer comida de má qualidade e em quantidades absolutamente insuficientes. É acusada, desde 2008, pela Autoridade da Concorrência, de cartelizar preços e de prejudicar as entidades públicas através desses

comportamentos. Ainda assim, a Câmara Municipal de Espinho decidiu adjudicar-lhe o serviço de fornecimento de refeições por 600.000 euros! O resultado é o que está à vista nas escolas do concelho de Espinho. As fotos cedidas pela Associação de Pais ao Bloco de Esquerda, demonstram de forma clara que a empresa serve comida insuficiente às crianças, com muito má qualidade e acondicionada muitas vezes de forma imprópria. Para além da nebulosa criada com esta adjudicação, está em causa a falta de qualidade serviço prestado pela empresa Gertal. A empresa não tem estado a cumprir com o caderno de encargos. As refeições servidas são de má qualidade e em quantidade manifestamente insuficiente, numa violação grosseira do contrato. Estranhamente a câmara municipal de Espinho não tem nenhum técnico qualificado na área do nutricionismo para proceder à fiscalização da execução do caderno de encargos contratualizado entre as duas partes, e segundo declarações feitas à comunicação social nem sequer parece preocupada com a situação. Porque se estivesse preocupada com a situação já tinha avançado para a rescisão do contrato com a Gertal. Uma autarquia quando contratualiza um serviço desta natureza, tem de realizar um acompanhamento e fiscalização rigorosa do contrato. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida no dia 20 de Abril de 2015: 1. Pronuncia-se contra a contratualização de serviços com empresas que foram acusadas pela Autoridade da Concorrência de criarem cartel. 2. Recomenda que em todos os contratos celebrados entre a Câmara Municipal de Espinho e entidades exteriores, a autarquia acompanhe e fiscalize todos os contratos de forma rigorosa, sempre na defesa escrupulosa do interesse público. 3. Recomenda que a Câmara Municipal acione de imediato a sexta cláusula do contrato (Penalidades Contratuais) por incumprimento por parte da Gertal. 4. Pronuncia-se contra o facto de a Câmara Municipal de Espinho permitir que as crianças do concelho sejam privadas de refeições condignas nas escolas.”.

### **Intervenções:**

**Alexandra Bastos (PSD)** disse que estivera ausente na última assembleia Municipal por caso fortuito e de força maior e que não pode fazer a sua substituição. Disse que não concordava com as posições do BE e do PS. Tinha uma filha no ensino básico em Espinho que almoçava na escola três vezes por semana e que nunca se queixara da qualidade das refeições. Ficava espantada por existirem queixas apenas numa escola, no meio de tantas, quando a empresa contratada era a mesma para todas as escolas, pelo que concluía que houvera uma tentativa de instrumentalização do caso.



**Ana Rezende (CDU)** disse que votaria a moção do BE favoravelmente fazendo apenas uma sugestão para acrescento da palavra "execução" ao seu ponto 2, passando a ter a seguinte redação: "2. *Recomenda que em todos os contratos celebrados entre a Câmara Municipal de Espinho e entidades exteriores, a autarquia acompanhe e fiscalize a execução de todos os contratos de forma rigorosa, sempre na defesa escrupulosa do interesse público.*" Sobre o facto das queixas provirem só de uma escola, disse que, desde Setembro de 2014, a Associação de Pais vinha a alertar a Câmara para a fraca prestação do serviço. Disse que não encontrara nenhuma deliberação nas atas das reuniões de Câmara referente à aprovação do contrato. A solução para o problema das refeições era a Câmara acionar os mecanismos legais e rescindir o contrato. As refeições servidas na escola nº 2 de Espinho não era lá confeccionadas, sendo objeto de transporte, o que levantava problemas acrescidos. Como as refeições não vinham em quantidade suficiente, tinham de ser pedidos reforços permanentemente, ficando as crianças à espera das refeições, que muitas vezes não chegavam a tempo, antes do início das aulas da tarde. A Autarquia devia ter um cuidado redobrado nos contratos em que era parte. Perguntou mais uma vez, porque ainda não tinha sido esclarecida, a razão de ser cobrado aos pais 1,46 euros quando o preço das refeições ficava por cerca de 0,96 euros.

**Jorge Pina (PS)** protestou relativamente à intervenção da vogal Alexandra Bastos porque já fizera parte de várias associações de pais e ali ninguém era instrumentalizado. As associações de pais defendiam os interesses dos filhos.

**Jorge Carvalho (CDU)** disse que a moção do BE não contrariava em nada o documento do PS aprovado na última reunião. Toda a Assembleia devia tomar medidas para que uma situação como aquela não acontecesse, no entanto, na última reunião gerara-se uma tentativa de fuga que não compreendia. Não percebia a razão da Câmara estar preocupada quando tinha todo o interesse em reconhecer que, se estavam a ser enganados, tinha de criar a forma disso não acontecer. Era estranho que todo o grupo do PSD se unisse a volta da Câmara para lançar uma cortina de fumo para impedir a constatação daquela situação que era do interesse de todos ver resolvida. O facto das crianças não se queixarem não significava que os problemas não existissem. A associação de pais da escola nº 2 estava mais atenta à situação do que as restantes. Soube que retiraram a faca às crianças obrigando-as a empurrar a comida com os dedos. Que não havia água suficiente e que tinham retirado o pão. Os

reforços não eram para as crianças repetirem a refeição, mas porque eram servidas menos refeições do que aquelas que a escola pedira para aquele dia. Sugeriu duas alterações à moção apresentada pelo BE, a primeira fora já exposta pela vogal Ana Rezende e a segunda era acrescentar a palavra “ponderar” ao ponto 3 passando a ter a seguinte redação: “Recomenda que a Câmara Municipal **ponderar** acionar de imediato a sexta cláusula do contrato (Penalidades Contratuais) por incumprimento por parte da Gertal.”

**José Carvalhinho (PS)** disse que se a Câmara municipal tivesse colocado o mesmo empenho e dedicação em resolver o problema das refeições que colocara na tentativa de abafar a proposta do PS, as crianças teriam ótimas refeições. Existia um caderno de encargos com o dobro das quantidades recomendadas pelo Ministério da Educação e a comida servida era metade, ou menos, da recomendada, pelo que, ao ser verdade, e parecia-lhe que era, aquela situação, considerava estranho ter sido contratualizado aquele serviço daquela maneira. Fazer um contrato com as quantidades corretas talvez saísse ainda mais barato. Souberam ali que os pais estavam a subsidiar a Câmara Municipal, uma vez que o preço das refeições era inferior ao preço cobrado aos pais. Tudo aquilo era muito estranho. Disse concordar com as sugestões de alteração deixadas pela CDU à parte deliberativa da moção. Disse ter receio do ponto 1 porque se não fizessem contratualização de serviços com as empresas nele referidas ficavam sem empresas com capacidade para fornecimento de refeições, uma vez que eram poucas e pertenciam ao mesmo universo.

**Presidente Assembleia Municipal** interveio para dizer que a moção do BE não apresentava nada de novo, servindo para os vogais repetirem o que já fora dito na última reunião. Disse que, como vogal do PSD, não podia deixar de estar contra a afirmação feita pelo vogal Jorge Carvalho, quando dissera que não percebia a razão da bancada do PSD ter posto uma cortina de fumo sobre aquele assunto, insinuando que os vogais do PSD queriam, de alguma maneira, impedir a clarificação da situação ou tapar o que, pressupostamente, estava a acontecer nas escolas. A única diferença entre a proposta do PS e a proposta alternativa do PSD residia no facto do PS ter criado uma comissão política de acompanhamento enquanto o PSD pretendia criar uma comissão técnica de acompanhamento.

**Jorge Carvalho (CDU)** protestou porque o Presidente da Assembleia Municipal interpretara-o mal. O que o PSD propusera não fora uma comissão técnica, mas que



aquela comissão que a Câmara dizia já estar a fiscalizar continuasse em funções. O que PSD viera dizer era que estava tudo bem, que devia manter-se a mesma comissão que concluíra que não havia nada de mal nas escolas. Era essa a cortina de fumo.

**Presidente CME** disse que as crianças e jovens de Espinho sempre foram uma preocupação para a Câmara Municipal e para aquele executivo em concreto. Desde o primeiro dia de tomada de posse como Presidente da Câmara, que elegera a educação como um setor prioritário da ação governativa em Espinho, dizendo-o claramente no seu discurso de tomada de posse, anunciando uma das medidas mais emblemáticas daquele executivo, ou seja, a oferta dos manuais escolares para todos os alunos do primeiro ciclo. Desde aquele primeiro dia que a política educativa daquele executivo assentava no princípio da melhoria das condições nas escolas do concelho, tendentes à melhor formação das crianças. Foram introduzidas outras medidas, tais como o Programa da fruta escolar, os transportes escolares, a melhoria de variadíssimos serviços em várias escolas, designadamente em Espinho 2, em colaboração com a anterior associação de pais, com a colocação do piso no recreio e recentemente com a retirada das placas de fibrocimento. Informatização de todas as escolas com quadros interativos. Construção de duas escolas novas estando a ser ultimada a terceira e reestruturação dos parques infantis, os quais encontravam-se profundamente degradados. A Câmara continuaria a investir na educação. Disse ainda que começava a sentir um certo fastio pela incoerência dos vogais da Assembleia Municipal relacionada com a forma de contratação pública por parte da Câmara Municipal. Existiam várias formas de contratação de bens e serviços, previstas no Código da Contratação Pública, sendo que as mais conhecidas eram Ajustes Diretos e Concursos Públicos. A Câmara era sempre criticada quando, dentro dos limites estabelecidos por lei, procedia a um ajuste direto. Se avançavam com um concurso público diziam que havia uma nublosa adjudicação. A Câmara tinha de sujeitar-se às regras dos concursos públicos. O procedimento concursal para a contratação da Gertal decorreria dentro de todos os trâmites legais fixados no CCP. Disse ainda que, naquela assembleia, fora passado um absoluto atestado de incompetência, de ignorância, a todas as associações de pais do concelho, excetuando a da Escola Espinho 2, que, por não se queixarem, não estavam alertas, ou seja não cuidavam dos respetivos filhos. Também fora passado um atestado de absoluta incompetência, de falta de isenção e de falta de imparcialidade aos órgãos da Escola uma vez que, a Comissão de

acompanhamento criada pela Câmara, tinha a participação da direção do Agrupamento, da Coordenação da Escola, da Associação de Pais e da FCAPE. Disse que queria deixar clara a constatação de três factos. Primeiro: as queixas relativamente às refeições escolares tinham apenas lugar na escola Espinho 2. Segundo: o fornecedor das refeições escolares era o mesmo em todas as escolas do concelho. Terceiro: Havia outras escolas, tal como em Espinho 2, que não tinham confeção de refeições e nas quais não havia queixas do fornecimento das refeições escolares. Disse que reconhecia que nem tudo corria bem nas refeições escolares. O fornecedor de refeições podia ser o melhor do mundo, mas haveria sempre queixas, dado que, em centenas de refeições servidas diariamente de, por exemplo, peixe, apareceria uma espinha em alguns pratos, o que constituía um acaso, um incidente e não facto genérico. Era preciso também ter em atenção o próprio comportamento das crianças, que não eram todas iguais, relativamente à refeição. Se em casa, não comiam determinado alimento, também na escola não o comeriam. Existiam casos em que as crianças deixavam a comida no prato com ânsia de irem brincar. Sobre o vogal Jorge Carvalho ter dito que pelo facto das crianças não se queixarem não significava que não havia problemas, podia dizer exatamente o inverso, ou seja, pelo facto das crianças queixarem-se não significava que estivesse tudo mal. Os pedidos de reforços eram atendidos em qualquer escola. A saída da cantina existia um cesto com fruta e outro com pacotes de leite a que todas as crianças podiam aceder livremente. Existia sobre aquele assunto duas questões, uma política e outra técnica. A política era que a Câmara nunca dissera que havia instrumentalização política da associação de pais, nem nunca falara publicamente sobre a questão das refeições escolares em Espinho 2 porque entendia que a política não devia entrar nas escolas. A questão técnica prendia-se com a alteração sugerida pelo vogal Jorge Carvalho ao ponto 3 da moção do BE, que achava deveras interessante, ao acrescentar a palavra ponderar no seu texto, passando assim o ónus da questão para a Câmara Municipal. O vogal Jorge Carvalho sabia perfeitamente que qualquer resolução unilateral da parte da Câmara daquele contrato, resultaria em processo judicial e no pagamento de uma choruda indemnização à GERTAL. Perguntou aos vogais o que achavam de uma alteração à moção do BE no sentido de ser acrescentado um ponto a referir que, no caso de haver um processo judicial e a Câmara fosse condenada a pagar a indemnização à GERTAL, a Câmara ter direito de regresso sobre os vogais da Assembleia Municipal que viabilizaram a rescisão do contrato. Disse que era muito fácil passar a responsabilidade para o lado do executivo. Apelava para que a Comissão, cuja criação





fora deliberada na passada reunião, não politizasse mais aquela questão. Toda a politização e publicidade estava a ser altamente prejudicial para a escola Espinho 2.

**Jorge Carvalho (CDU)** disse que o Presidente da Câmara falava muito mas sempre sobre factos acessórios e não sobre o que estava em discussão. Que não dera qualquer garantia que as refeições servidas fossem de boa qualidade e em quantidade devida, se os produtos eram frescos, se estavam bem confeccionados. Referiu que os reforços derivavam do erro de cálculo do número de refeições. Sobre a questão da rescisão do contrato disse que fora a Câmara que o celebrara e só ela o podia rescindir.

**José Carvalhinho (PS)** disse que o Relatório que, na última reunião, fora-lhes entregue continha erros e omissões e que, por isso, não podiam ter confiança no que era-lhes apresentado. Dispensavam as demagogias do Presidente da Câmara.

**Paulo Castro (PSD)** disse que o grupo do PSD estava a tentar que aquela questão não fosse politizada. Perguntou se os pais já tinham a resposta que esperavam. O PSD tentara colocar o grupo de acompanhamento existente a funcionar e se a proposta apresentada fosse aprovada na última reunião, no dia seguinte estaria a trabalhar em prol dos objetivos. Esperava estar errado, mas, na sua opinião, a Comissão aprovada na última reunião da Assembleia, não estaria em funcionamento nem no início no próximo ano letivo.

**Aurora Morais (PS)** perguntou ao Presidente da Câmara se havia ou não incumprimento de contrato. Defendia a Moção do BE que era complementar ao documento apresentado pelo PS. Concordava com as sugestões de alterações apresentadas pela CDU. Disse que os vogais não tinham de ser responsabilizados por nada porque à Câmara Municipal competia cuidar pelo cumprimento dos contratos que celebrava.

**Jorge Carvalho (CDU)** refutava a posição do vogal Paulo Castro quando disse que a Comissão não funcionaria. Levava a crer que o Presidente da Assembleia Municipal, a quem competia gerir o processo, não conseguiria agir adequadamente ou que o grupo do PSD colocaria entraves ao seu funcionamento. Disse que não percebiam porque tinham receio da política. A qualidade do ensino era política, embora não partidária.

Referiu que havia escolas em que as crianças não tinham água para beber às refeições e em que tinham retirado a faca.

**Presidente CME** enquanto responsável pela gestão dos Recursos Humanos da Câmara Municipal e tratando-se de um facto que considerava sério, perguntou ao vogal Jorge Carvalho, a identidade do funcionário que negara água ou pelo menos a escola em que isso acontecera.

**Jorg Carvalho (CDU)** respondeu que a água não fora negada mas que não havia água suficiente na escola para as crianças beberem.

**Ana Rezende (CDU)** disse que o Presidente da Câmara desviara as atenções da execução do contrato para o anúncio público do concurso. Disse que, no anúncio do referido concurso público, o critério para a escolha da melhor proposta era o preço mais baixo. Voltou a perguntar a razão da diferença de preço entre o custo efetivo da refeição e o que era pago pelos pais. Na fase seguinte, era adjudicada a prestação de serviços a identidade que, alegadamente, fizera o preço mais baixo e celebrara-se o contrato, o qual não vira mencionado em nenhuma ata de reunião de Câmara. A qualidade da refeição passava por muito mais do que o elencado pelo Presidente da Câmara Municipal. No caderno de encargos estava mencionado um pão por criança, que não era servido, saladas em alguns menus, que também não eram servidas. Os cestos com fruta e com leite mencionados não derivavam do cumprimento da execução do contrato. Competia à Câmara ponderar a denúncia daquele contrato porque, até aquele dia, pesasse embora as sucessivas reclamações, a Câmara dissera sempre que estava tudo bem. A Câmara defendera sempre os interesses da empresa contratada, e agora tinham medo de denunciar o contrato.

**Manuela Vilares (BE)** disse que se perguntassem às crianças ou aos pais se preferiam ter refeições em condições ou quadros interativos nas salas de aulas, tinha quase a certeza que diriam que preferiam as refeições. As crianças, de facto, não eram todas iguais e algumas precisavam, para ficar saciadas, de comerem mais e isso era-lhes negado. Perguntou qual era a quantidade de mau serviço que a GERTAL podia prestar até atingir o incumprimento. O grupo do BE aceitava as duas sugestões de alteração à moção apresentadas pela CDU.



**Abel Santos (PSD)** disse que a bancada do PSD não era de maneira alguma insensível ao tema e a proposta de alteração deliberativa apresentada na última reunião, na opinião do grupo, era a que melhor se adequaria à situação atual por ser uma comissão independente, o que ia de encontro ao pretendido pelos pais. Reconhecia, tal como o executivo, que existiam problemas nas escolas.

**Votação:** Rejeitada com 13 votos contra e 12 votos a favor.

### **Declarações de Voto:**

**Presidente da JF Paramos:** "Votei contra esta moção não por medo de irem-me ao bolso mas porque entendo que a aprovação desta moção, quando até propõe, num dos pontos a denuncia do contrato, na minha opinião, esvazia a deliberação anterior da formação de uma comissão eventual de acompanhamento de refeições escolares que foi aprovada na última assembleia. Registei uma frase do vogal José Carvalhinho quando diz: "deixem funcionar a Comissão". Eu também digo isso. Vamos formar esta comissão, o mais rápido possível, deixem-na funcionar e peçam responsabilidades aqui na Assembleia Municipal a essa Comissão. Daí a razão do meu voto contra."

**Jorge Carvalho (CDU):** "A CDU leu e interpretou o texto e não leu o que não estava lá, porque parecia que houve quem votasse contra por ler o que não estava no texto. Entende que esta situação das refeições com má qualidade, mal confeccionada, em quantidades insuficientes e com excesso de sal e óleo, merecia ser repudiada. Infelizmente, como ao costume, quer o PSD quer os Presidentes das Juntas de Espinho, Paramos e Silvalde, entendem que está tudo bem, que não é necessário ver se a qualidade da comida está ou não está em condições e depois, politicamente dizem que são apolíticos, portanto deixa andar porque ninguém tem nada que se meter no mau funcionamento da alimentação das crianças. Seria importante que os pais tenham consciência de que há vogais que acham irrelevante o que se passa nas escolas relativamente aos filhos, que sejam mal alimentados é-lhes absolutamente irrelevante."

**Presidente da Assembleia Municipal:** "O vogal Jorge Carvalho utiliza a demagogia frequentemente. Há certas situações em que é perigoso utilizar essa demagogia, primeiro porque é ofensivo aos vogais do PSD que votaram contra a moção e segundo podia levar os assistentes desta Assembleia a tirar conclusões falsas. O vogal Jorge

Carvalho disse que era preciso que a Comissão de Pais tivesse a consciência de que há vogais nesta Assembleia que não se importam que as crianças comam pouco, com má qualidade. Isso é pura demagogia. Os vogais do PSD a quem o vogal Jorge Carvalho dirigiu-se votaram contra esta moção pela simples razão de que está criada uma comissão política de acompanhamento para saber se as crianças estão ou não estão bem servidas, se o fornecedor atua ou não atua. O PSD tem tanto interesse em analisar a situação como têm as outras forças políticas. Portanto é pura demagogia dizer que há vogais desta Assembleia que não se importam. Os vogais na última Assembleia queriam propor uma Comissão técnica que foi vencida pela proposta do PS. O que está em causa, é que estava criada uma Comissão política para averiguar das responsabilidades e das veridades das moções que foram apresentadas. Essa Comissão política é supervisionada pelo Presidente daquela Assembleia Municipal e como tal terei que garantir aos pais, às Associações de Pais e a todos que, dessa Comissão sairá as conclusões que ela tirar. O PSD votou contra porque já está criada a Comissão para averiguar.”

**José Carvalhinho (PS)** pediu um ponto de ordem à Mesa pelo facto de ter sido dito que aquela Comissão dificilmente iria funcionar, pelo que pedia ao Presidente da Assembleia para, hoje, acordar com os líderes dos grupos partidários, a constituição daquela Comissão, uma vez que já tinha sido pedida uma reunião da Comissão Permanente já há dois dias para que aquela Comissão fosse empossada.

**Presidente da Assembleia Municipal** disse que respondera, por escrito, ao vogal José Carvalhinho, referindo que, naquela reunião, seria convocada a Comissão permanente.

**Jorge Carvalho (CDU)** pediu um ponto de ordem à Mesa, pedindo ao Presidente da Assembleia que lhe dissesse onde estava escrito no Regimento ou na Lei que uma declaração de voto se destinava a contrariar a declaração de voto de outro vogal. Uma declaração de voto servia para justificar o voto.

**Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a sua declaração de voto fora no sentido de explicar que os vogais do PSD não votaram contra porque abstinham-se de um problema importante que estava em discussão, mas pelo facto de já ter sido aprovada uma comissão de acompanhamento.



## **PS: "Recomendação - Manutenção da piscina municipal e balneário marinho:**

A Piscina Municipal e o Balneário Marinho são equipamentos com utilização intensiva e que serve a população do Concelho e não só quer na sua vertente lúdica, desportiva e terapêutica. Diariamente muitas dezenas de utentes frequentam estes equipamentos desde as crianças das Escolas de natação, até aos escalões de competição, passando pela vertente lúdica dos menos jovens nas aulas de hidroginástica e em regime livre e ainda terapêuticos nos serviços de balneoterapia. Todas estas atividades têm em comum o facto de exigirem rigorosas condições de segurança sanitária que dependem, em grande medida, da qualidade da água que deverá manter boas condições de desinfecção, limpidez e transparência. Requerendo a combinação de um rigoroso controlo bacteriológico, da temperatura, e controlo/tratamento físico/químicos, assim como uma adequada filtragem e aspiração. Do mesmo modo, é crítica e fundamental a manutenção das condições de segurança e higiene das Instalações de apoio e recursos materiais (balneários, vestiários, armazenamento de equipamentos, área de repouso, gabinete para profissionais, sala de 1<sup>os</sup> socorros, áreas para pessoal encarregue da manutenção e administração da piscina). Hoje é visível para todos os utentes e espinhenses, o adiantado estado de degradação que estes equipamentos atingiram, com reflexo imediato na quebra acentuada do número de utilizadores: **Piscina Municipal:** Alunos: Jan14: 1427; Jan15: 1202; Dif.: -225 (-16%); Reg. Livre: Jan14: 357; Jan15: 393; Dif.: 36 (10%); Total: Jan14: 1784; Jan15: 1595; Dif.: -189 (-11%); **Balneário Marinho:** Jan14: Piscina: 4900; Jan15: 3953; Dif.: -947 (-19%); Balneoterapia: Jan14: 323; Jan15: 153; Dif.: -170 (-53%); Total: Jan14: 5223; Jan15: 4106; Dif.: -1117 (-21%). Estamos perante uma situação que nos deve preocupar a todos, especialmente a segurança dos utentes destes equipamentos mas também a quebra de receitas que estes indicadores indiciam. A Assembleia Municipal de Espinho reunida na 2<sup>a</sup> sessão ordinária de 2015, no dia 20 de abril de 2015, recomenda ao Executivo Municipal que execute com urgência obras de manutenção na Piscina Municipal de Espinho e no Balneário Marinho."

## **Intervenções:**

**Jorge Carvalho (CDU)** disse que, quer a piscina quer o balneário marinho eram dois equipamentos que tinham uma importância elevada. O balneário marinho era quase único, sendo que a qualidade da água e das algas não se encontrava noutra local, mas, gradualmente, vinha a degradar-se. Existia uma piscina no Parque de Campismo

Municipal que estava desativada e os campistas recebiam uma senha para terem acesso à Piscina do Balneário Marinho, levando a um aumento do regime livre.

**Presidente da CME** interrompeu para esclarecer que o vogal Jorge Carvalho estava a confundir as piscinas. O aumento do regime livre constante no documento do PS referia-se à Piscina Municipal situada na Rua 36 (antiga Piscina Solverde).

**Jorge Carvalho (CDU)** retomou a sua intervenção dizendo que ambas as piscinas careciam de manutenção. Disse que votaria favoravelmente o documento do PS porque se lhe perguntassem se considerava mais importante um campeonato de futebol de praia, que durava alguns dias, ou ter um equipamento modernizado e capaz, preferia sem dúvida gastar um milhão de euros a repor o balneário marinho em condições.

**Manuela Vilares (BE)** disse que de uma Câmara Municipal esperava-se que, no mínimo, fosse capaz de proceder à manutenção dos equipamentos propriedade do município, mas olhando para o estado de degradação em que chegaram as piscinas e o balneário marinho, ou o Museu Municipal, em que chovia no seu interior, concluíam que o desleixo estava bem patente na governação daquele executivo. Face ao exposto o BE votaria favoravelmente a recomendação do PS, sugerindo, contudo, o acrescento da piscina municipal em falta.

**Paulo Castro (PSD)** disse que se reparassem na página 24 da informação escrita do Presidente, verificariam que os utilizadores da balneoterapia aumentaram em março de 2015, ou seja, os números eram importantes mas tinham oscilações cujas razões não eram apenas as apontadas no documento do PS. A utilização da piscina municipal era quase exclusiva para a formação, estava ao serviço das mais diversas instituições do concelho e fora do concelho. Era também utilizada para fins de lazer. Ou seja tinha utentes fixos e não fixos. Tinha taxas de utilização elevadas e existia dificuldade em ter horários disponíveis para satisfazer todas as procuras dos seus diversos utentes. Atualmente as características de construção e a idade do equipamento não permitiam tirar a melhor rentabilidade do espaço. No orçamento para 2015, o executivo apresentara uma proposta, criticada pelo PS, de construção de uma nova piscina municipal, com candidatura a fundos comunitários, uma vez que a atual piscina carecia de capacidade de resposta à procura. Se o executivo tivesse capacidade financeira para fazer todas as obras de requalificação de qualquer equipamento,



acreditava que já estariam feitas. Na piscina municipal sabia que fora feita uma grande intervenção na parte da bombagem e que, naquele momento, estavam a ser realizadas obras de intervenção na Piscina Solário Atlântico. Aquela piscina funcionava mais como equipamento de apoio turístico e de saúde. As piscinas exteriores eram apenas utilizadas no verão, com excelentes taxas de utilização. Era certo que novos investimentos eram precisos, justificando nova infraestrutura e novos técnicos. Sofriam de concorrência dos spas, dos *Health Clubs*, mas o balneário marinho tinha as suas características próprias, e sabiam que as intervenções necessárias ao seu funcionamento estavam a ser feitas. Os equipamentos públicos não tinham que ser utilizados de forma gratuita, como por exemplo, a Biblioteca Municipal, que devia ter a capacidade de gerar receita, pelo menos, para a sua manutenção. O município, através de protocolos, continuava a apoiar as várias instituições que solicitavam a utilização dos equipamentos. Sabiam que da parte do executivo existia interesse em resolver a situação dos equipamentos e que se tivesse condições financeiras para o fazer, certamente já estaria resolvida. Disse que o PSD abster-se-ia na votação.

**Aurora Morais (PS)** disse que a piscina municipal e o balneário marinho não tinham que gerar receita porque destinavam-se a prestar um serviço público, mas tinham de ser bem geridos, bem conservados, para cativar receita.

**José Carvalhinho (PS)** disse que se comparassem os números de março 2014 com março 2015, verificariam que aqueles diminuíram em qualquer indicador. A falta de manutenção permanente levava a um estado de degradação tal que a recuperação do equipamento era muito pior.

**Presidente CME** esclareceu que compreendia a recomendação do PS. Era evidente que a Câmara tinha de preocupar-se com a conservação e manutenção dos diversos equipamentos municipais e que, naqueles dois equipamentos em concreto, a Câmara fizera diversas obras de conservação e manutenção, tendo gasto 161.549,37 euros entre 2013 e abril de 2015. A piscina municipal tinha 40 anos, o seu material estava anquilosado, não tinha capacidade de resposta para o elevado número de utentes. O seu equipamento era de tal forma antigo que, atualmente, não existia material de manutenção no mercado, pelo que procedia-se apenas à sua conservação. A solução passava pela construção de uma nova piscina municipal. No entanto, o município não tinha condições financeiras para avançar com aquela construção e o próximo quadro comunitário - Portugal 2020 - não previa dotações orçamentais para equipamentos

desportivos. Relativamente ao balneário marinho, a situação não era tão séria mas existia o problema da salinidade, levando a que, por exemplo, as bombas derretessem-se, sendo necessária a sua substituição de forma constante e que, cada bomba, custava cerca de 80 mil euros. Disse que a cobertura do balneário marinho seria substituída antes do verão, sendo que o investimento seria feito à custa do próprio orçamento municipal. O município, na sua tabela de preços, tinha uma série de modalidades de preços e de pagamentos diferentes, de acordo com as disponibilidades das famílias. A diminuição registada não era tanto do número de utentes, mas da frequência do equipamento, ou seja, derivava das circunstâncias económico-sociais do próprio país. Sobre a referência da vogal do BE ao FACE – Fórum de Arte e Cultura de Espinho, disse que aquele equipamento tinha alguns problemas estruturais, que advinham da sua conceção e construção. A Câmara tinha mandado efetuar a limpeza das caleiras, no verão do ano passado, mas com as fortes chuvadas registadas, a água entrara no FACE, vindo a verificar-se que o motivo foram duas gaivotas mortas que lá se encontravam, provocando o entupimento das caleiras e da drenagem das águas pluviais. Sobre a manutenção dos equipamentos municipais, a Câmara conseguira, sobre a meta, um financiamento comunitário na ordem dos 400 mil euros, para uma intervenção na Nave Polivalente, visando a melhoria da eficiência energética do edifício e também para reparar as respetivas coberturas. Como já tivera oportunidade de referir, disse que as verbas do mundial de futebol de praia provinham de uma candidatura conjunta da Câmara Municipal e da Federação Portuguesa de Futebol, que no âmbito do QREN, estavam afetas a eventos desportivos e que não podiam ser desviadas para outras finalidades. Aquele evento teria retorno para o Concelho de Espinho, inclusivamente com investimento na remodelação de algumas infraestruturas, como por exemplo, o salão nobre na piscina solário atlântico, a melhoria das redes elétricas, de água e de saneamento nas próprias praias.

**Jorge Pina (PS)** disse que as pessoas estavam a deslocar para La Guardia para fazer tratamentos de talassoterapia, por encontrarem lá melhores condições do que em Espinho. O tratamento em Espinho era do melhor que podia existir, sendo aconselhado por médicos. Pedia ao Presidente da Câmara que, de alguma forma, conseguisse melhorar as condições do balneário marinho para não perderem aquele equipamento.

**Votação:** aprovado com 13 votos a favor e 12 abstenções.





## **5. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.**

**Paulo Castro (PSD)** sobre as duas obras estruturantes para o concelho referidas na informação escrita – a obra da defesa frontal aderente da praia de Paramos e a Obra de Proteção Dunar que se estende da Ribeira de Silvalde até ao limite sul do concelho - perguntou qual era o ponto da situação, o seja, início e término das mesmas. Verificaram que estava para breve o encerramento da construção do Centro Escolar de Silvalde e perguntou se estaria pronto a abrir no início do próximo ano letivo. Relativamente às passagens de nível e ao protocolo com a REFER, perguntou se já havia mais alguma informação sobre a data concreta da realização daquelas obras. Perguntou como decorreram as visitas realizadas no âmbito do Roteiro das Freguesias, Qual o ponto da situação relativamente à Via Permeável da Praia de Paramos. Relativamente à deliberação n.º 27/2015 tomada em reunião de Câmara, e uma vez que já tinha sido aprovado o Regulamento sobre a Habitação Social, gostaria de perceber a razão de não ter sido aprovada por unanimidade.

**José Carvalhinho (PS)** perguntou qual o ponto de situação do projeto *keep care* – sistema de monitorização dos idosos. Perguntou se tinha intenção de dar conhecimento à Assembleia Municipal do Relatório de Prestação de Contas da ADCE de 2014, uma vez que a Câmara Municipal era associada e o cargo de Presidente daquela associação era um cargo de confiança política. Sobre a obra da via permeável da praia de Paramos perguntou se já fora assinado o auto de consignação e qual a razão do concurso público não ter sido objeto de deliberação em reunião de Câmara. Sobre os valores constantes do placard da obra da loja/mercado de Silvalde gerara-se alguma confusão e perguntou a razão da tabuleta ter sido retirada. Qual era o programa do QREN que suportava aquela obra e qual era o seu custo. Perguntou se seria feita uma candidatura ao QREN ou ao Portugal 2020 para o novo quartel dos Bombeiros do Formal. Em caso afirmativo, qual o ponto da situação. Sobre a Universidade de Espinho perguntou se tinha havido atividade, se já foram acreditadas as faculdades que permitiriam a sua entrada em funcionamento, se tinha sido celebrado algum protocolo e quais os deveres e direitos da Associação. Quanto aos processos judiciais, sobre os processos em que eram autores Alexandre Barbosa Borges, S.A; Pedro Correia & Quarenta, Lda. e Pedro Nuno Zenha de Castro Correia; SIMRIA; e da

informação escrita anterior, o processo movido pelo Banco Espírito Santo, perguntou quais os valores que estavam em causa e em que consistiam os processos.

**Ana Rezende (CDU)** sobre a informação relativa aos processos judiciais, disse que a metodologia, na forma da sua apresentação, não era muito esclarecedora do que estava em causa. Era preocupante que, dos 23 processos constantes na informação escrita, a Câmara Municipal era ré em 20 deles.

**Henrique Cierco (PS)** sobre os eventos *Surf Destination* e o Campeonato Mundial de Futebol de Praia, disse que era importante que aquelas iniciativas fossem coroadas de êxito para a afirmação de Espinho, pelo que perguntou se estavam acautelados os acessos à cidade e a sinalética, se estavam previstos parques de estacionamento, se havia alguma conversação com o concessionário do estacionamento para facilitar, naqueles dias, o estacionamento aos nossos visitantes. Perguntou se os comerciantes foram sensibilizados para a questão dos horários, se fora feita alguma reunião com empresários da restauração na questão das ementas e dos nossos pratos tradicionais. O desejo dos Espinhenses era que aqueles visitantes voltassem a Espinho. Disse que na Rua 22, entre as Ruas 7 e 3 foram feitas obras com o saneamento há cerca de dois anos e que o pavimento fora muito mal repostado, perguntou se havia intenção de ser feito o alisamento daquele piso. Perguntou se era possível a Câmara proceder à colocação de um tapume na habitação situada na rua 30, nº 636 que estava abandonada e deteriorada, tendo já caído várias telhas.

**Jorge Pina (PS)** perguntou se o Presidente da Câmara tinha mais alguma informação quanto à questão da Urgência Polivalente do Hospital Gaia/Espinho.

**Presidente CME** relativamente às obras de defesa da costa, disse que o problema da erosão costeira acentuava-se com as alterações climáticas. Eram obras que não competiam às autarquias locais, mas o executivo pugnava para que houvesse investimento em Espinho na defesa da costa, fundamental na proteção das pessoas e dos bens. Naquele momento, estavam a iniciar-se duas intervenções, uma da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente que orçava em cerca de 700 mil euros acrescido de IVA, com um prazo de execução de 7 meses, visando a introdução de formas de defesa da costa entre a Ribeira de Silvalde e a Lagoa de Paramos, ou seja, a construção de um murete frente ao Bairro Piscatório, da reposição de dunas e da respetiva vegetação e a colocação de paliçadas. A segunda obra era da



responsabilidade da Câmara, por delegação da APA, e tinha a ver com a Defesa Longitudinal Aderente em Paramos, orçada em cerca de 850 mil euros mais IVA, com um prazo de execução de 4 meses, sendo que tinham já compromisso do empreiteiro em como aquela obra não prejudicaria o início da época balnear. A Câmara estava preocupada com manutenção dos esporões, os quais foram reforçados pelo INAG em 2010 e 2011. O prazo normal de duração daquela intervenção era de 10 anos, mas o cabeço do esporão da praia da baía já estava a precisar de reforço, pelo que a Câmara estava a pressionar a APA para que aquela intervenção ainda fosse feita antes do próximo inverno. Relativamente ao Centro Escolar de Silvalde, disse que estava pronto em termos de estrutura e em termos de mobiliário estava tudo praticamente colocado ou contratado, faltando terminar os arranjos exteriores e as vias de acesso que seguramente estariam prontos naquele verão, sendo que o Centro Escolar abrirá portas a tempo do início do próximo ano letivo. Sobre as passagens de nível da REFER disse que aquela entidade recebera já autorização do Ministério das Finanças para lançar o procedimento concursal para a construção da Passagem Inferior Rodoviária no Bairro Piscatório, prevendo-se o seu término no final do ano em curso, iniciando-se a obra em 2016. Quanto à Passagem Superior Pedonal junto à Ribeira de Silvalde, existia compromisso da REFER para que, em 2016, aquela obra fosse lançada e executada, prevendo-se que ambas as passagens estejam prontas no início de 2017, bem como a Passagem Inferior do Rio Largo. Sobre o roteiro das freguesias, disse que era uma iniciativa que visava de alguma forma aproximar o poder autárquico das populações, das suas instituições e permitir perceber algumas dificuldades ou problemas. Visitaram o setor empresarial, as associações sem fins lucrativos para verificar as dificuldades e de que forma podiam ser ajudadas. Visitaram as instituições desportivas e culturais para perceberem os seus problemas e procurar dar resposta. Sobre a via permeável da praia de Paramos, disse que o auto de consignação ainda não fora assinado, sendo que o processo em termos administrativos e burocráticos ainda não estava concluído. Disse que o lançamento do concurso não fora objeto de aprovação, em reunião de Câmara, por motivo do Presidente da Câmara ter competências que lhe foram delegadas, naquela matéria. Relativamente à deliberação da Câmara n.º 27/2015, disse que o novo Regulamento da Habitação Social fora já aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal. Tinham de moralizar o sistema e quem, apesar dos sucessivos avisos e oportunidades dadas, não pagasse as rendas sociais, tinha de ser punido nos termos da lei e do regulamento. Não podia explicar o sentido de voto dos Vereadores do PS na Câmara Municipal, até porque nem

apresentaram declaração de voto. Sobre o projeto *Keep Care*, disse que, naquele momento, não dispunha de dados. Tentariam nova fonte de financiamento no próximo quadro comunitário de apoio. Sobre o relatório de Contas da ADCE, disse que, nos termos legais, não tinha de vir à Assembleia Municipal. A Assembleia Geral da ADCE era participada por vários sócios e qualquer um deles poderia fornecer aquele relatório. Disse que o Presidente da Direção fora indicado pela Câmara para fazer parte dos órgãos sociais como representante do sócio município. Sobre a placa do ON2, disse que qualquer obra, fosse ela material ou imaterial, nos termos dos regulamentos dos fundos comunitários e designadamente do QREN, tinha de ter o respetivo valor e os logós do QREN, do ON2 e da CCDRN. Aquela candidatura a fundos comunitários teve várias frentes, como os apoios de pesca, a sua plataforma, o prolongamento da marginal, o parque infantil no Bairro da Marinha, a construção à nascente da marginal. Aquela placa contemplava o mesmo programa, uma única candidatura que tinha várias vertentes. Fora ali colocada como poderia ter sido colocada noutra dos locais que citara. Quanto ao quartel dos bombeiros, respondeu que o processo seria candidatável no próximo quadro comunitário de apoio. Disse ainda que o processo de fusão das duas corporações humanitárias, em que Espinho era pioneiro, estava a correr bem. Relativamente à Universidade de Espinho, disse que a relação contratual era conhecida daquela assembleia, uma vez que fora ali aprovado o protocolo. Sobre os processos judiciais, disse que o processo da ABB dizia respeito, sobretudo, a trabalhos a mais no Centro Escolar de Anta, sendo que o valor do pedido rondava os 600 mil euros. O processo do Pedro Correia & Quarenta, Lda. referia-se a um processo muito antigo, envolvia anteriores vereadores e técnicos e estava numa fase de julgamento. O processo da SIMRIA referia-se a recusa da Câmara em pagar algumas faturas por não concordarem com a forma de medição de alguns caudais. Quanto ao factoring do BES era um processo que tinha a ver com o empreiteiro que construía a Biblioteca Municipal. Respondendo ao vogal Henrique Cierco, sobre os acessos, a sinalética e os parques de estacionamento, disse que a organização dos eventos estava a tratar da questão dos acessos e da sinalética. Quanto ao estacionamento aproveitariam bolsas de estacionamento na cidade e a organização entrara em contacto com o SCE e a AAE para que nos parques em que são concessionárias haja lugares afetos ao mundial. A Câmara tinha sensibilizado toda a comunidade para a questão do Mundial, fazendo reuniões com várias entidades, com todos os comerciantes de Espinho, com a ASAE. Sobre a intervenção a norte da cidade, disse que as roturas, naquela zona, eram constantes, e a empreitada não



contemplava a reparação piso, pelo que o empreiteiro limitara-se a colocar as condutas repondo o piso com algum facilitismo. Estavam a elaborar um plano de mobilidade e de intervenção para norte da rua 15 e pretendiam fazer a reparação de acordo com aquele plano. Sobre a habitação abandonada na rua 30, procederiam à notificação dos proprietários para procederem à vedação do espaço. Caso a situação fosse grave a Câmara agiria independentemente da notificação. Sobre a questão da urgência Polivalente do Hospital Gaia/ Espinho colocada pelo vogal Jorge Pina, disse que existiam urgências médico cirúrgicas e as urgências polivalentes. No grande porto existiam três urgências polivalentes, a do S. João, a do Santo António e a de Gaia. Aquela servia não apenas os utentes de Espinho e de Gaia, mas o universo dos 700 mil utentes a sul do rio Douro. O grande perigo era que houvesse a intenção de manter apenas duas urgências polivalentes no grande Porto. O novo Presidente da ARS Norte fora infeliz no que dissera. O Ministro da Saúde garantira, em reunião ocorrida, a manutenção da urgência polivalente em Gaia e no discurso que fizera perante o Presidente da ARS Norte, dissera clara e inequivocamente que o estatuto de polivalência da urgência de Gaia não estava de forma alguma em perigo enquanto fosse Ministro da Saúde, garantindo ainda que a segunda fase do hospital seria efetuada, existindo financiamento para tal. Naquele momento estava em construção o novo edifício do Centro Hospitalar de Gaia/Espinho, o qual previa uma área de urgência de quatro mil metros quadrados.

## **6. Aprovação das Atas n.ºs 1/2015, 2/2015 e 3/2015.**

**Votação:** As Atas n.ºs 1/2015 e 2/2015 foram aprovadas por unanimidade e a Ata n.º 3/2015 com 22 votos a favor e uma abstenção do Presidente da JF de Anta e Guetim.

O presidente da Assembleia Municipal convocou uma reunião da Comissão Permanente para dar seguimento à deliberação da Assembleia Municipal para a formação da Comissão de Acompanhamento para as refeições, para o próximo dia 14 de maio, pelas 18.00 horas.

Nos termos regimentais, o Presidente da Assembleia Municipal abriu o período para intervenção do público presente. Não havendo intervenções deu por encerrada a reunião.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 4 do artigo 60.º do Regimento desta Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 60.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

---

A Funcionária Municipal,

---